



MARIALVA

Projeto que altera a concessão do cartão-alimentação dos servidores é incluso na pauta

26 de março de 2019

Data	Fonte	Crédito da Imagem
26 de março de 2019	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	

Na sessão ordinária desta segunda-feira (25), os vereadores da Câmara Municipal de Marialva incluíram na pauta a votação do Projeto de Lei Ordinária nº 13/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a concessão do cartão-alimentação para os servidores municipais.

O pedido de inclusão foi feito pelo vereador Wesley Araújo (PR), líder do Prefeito. O projeto a havia sido retirada de discussão na sessão extraordinária do dia 14 de março, depois que representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Marialva (SISMAV) alegaram que a proposta encaminhada pelo Executivo contrariava o compromisso firmado em reunião com o Prefeito e referendado pela assembleia geral.

O projeto aumenta o valor do cartão-alimentação de R\$ 260 para R\$ 270. O projeto também amplia a concessão do benefício vigente - que, atualmente, contempla apenas os servidores ativos que recebem remuneração igual ou inferior a 2,5 salários mínimos - para os demais servidores que recebam remuneração acima deste teto, inclusive os do quadro de magistério e os que estão em estágio probatório. A proposta, porém, exclui a concessão dos benefícios para os cargos em comissão, os cargos efetivos investidos em cargo em comissão e os cargos efetivos que recebam função gratificada. A categoria reivindicava a concessão do benefício para todos os servidores públicos municipais estatutários e celetistas.

Araújo justificou a inclusão do projeto na pauta. “Não participamos da construção do projeto, mas tivemos três reuniões com o sindicato e com a Administração depois que ele foi protocolado na Casa. Sabemos que, aproximadamente, 35 pessoas vão ficar sem receber. Se fizermos as contas, não dá R\$ 10 mil por mês, R\$ 120 mil por ano a mais de cartão-alimentação. Mas, infelizmente, não podemos fazer nada. Temos que respeitar a autonomia do Poder Executivo e, se rejeitássemos esse projeto, mais de 300 pessoas ficariam sem o cartão. Votei favorável a esse projeto, em favor das pessoas que vão receber a mais, mas votei triste porque queria que ninguém ficasse de fora”, disse.

Em conjunto, os vereadores encaminharão um ofício ao Executivo solicitando a reconsideração da proposta para estender o benefício para todos os servidores. O projeto foi votado em regime de urgência e com dispensa de interstício para a segunda e terceira discussão. Segue agora para a sanção do Prefeito.